

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.761.659 - PR (2018/0215698-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : NATURYTHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS  
LTDA  
**ADVOGADO** : MARCIO RODRIGO FRIZZO - PR033150  
**AGRAVADO** : ESTADO DO PARANÁ  
**PROCURADOR** : LUIZ HENRIQUE SORMANI BARBUGIANI - PR048155

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ICMS. BASE DE CÁLCULO. CONCESSÃO DE BONIFICAÇÕES. NÃO COMPROVADA NA ORIGEM. SÚMULA N. 7/STJ. DESNECESSIDADE DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ACÓRDÃO. TESE NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULAS N. 282/STF E 211/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O reconhecimento do direito a não incidência do ICMS sobre as bonificações incondicionais não encontraria óbice na Súmula n. 7/STJ, mas, para tanto é necessário que esteja comprovado nos autos o oferecimento dos descontos, o que não ocorreu *in casu*. Súmula n. 7/STJ.

2. A despeito da oposição de embargos de declaração na origem, não restou preenchido o requisito do prequestionamento quanto à desnecessidade de juntada dos documentos. Ocorre que esse se observa com o debate sobre a tese jurídica específica, isto é, com a emissão de juízo de valor sobre determinada norma e a sua aplicabilidade ao caso concreto, não bastando a simples provocação para que a Corte se manifeste. Súmulas n. 282/STF e 211/STJ.

3. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator